



ENTREVISTA

A PERSPECTIVA AMERÍNDIA NO ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS:  
ENTREVISTA COM O PROFESSOR EMERSON SOUZA

---

Entrevistadora: Josefa Alexandrina Silva<sup>1</sup>

**Resumo**

A entrevista foi realizada em 20 de setembro de 2019 com o cientista social Emerson Souza, professor da rede estadual de ensino de São Paulo. Durante a entrevista, o professor relatou sua trajetória pessoal, expondo como a cultura escolar dificulta a constituição da identidade indígena. Analisou os desafios da efetivação da Lei 11.645/2008 que trata da obrigatoriedade da discussão da cultura afro-brasileira e indígena em sala de aula. Discorreu sobre a potencialidade da Sociologia, como disciplina escolar, de estabelecer um olhar descolonizado sobre o mundo social a partir da perspectiva ameríndia. Por fim, defendeu o estabelecimento de um conhecimento escolar interétnico que valorize a simetria entre os saberes.

**Emerson Souza:** É professor de Sociologia na EE. Jd. Wilma Flor, na zona Leste de São Paulo. É indígena da etnia guarani, formado em Ciências Sociais pela PUC-SP e mestrando pelo Programa de Antropologia da FFLCH-USP.

Como pesquisador, estudou a memória e a genealogia do Povo Guarani da Terra Indígena Araribá. Pertence a uma nova geração de antropólogos que inverte o processo de pesquisa tradicional com os povos indígenas. Assim, os indígenas deixam de ser objeto de pesquisa para se tornarem sujeitos do conhecimento, constituindo o que vem sendo denominado como uma *antropologia reversa*.

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia da Educação pela Universidade de São Paulo, membro da Comissão de Pesquisa da ABECS e da Unidade Regional de São Paulo.

**CABECS: Nos conte como sua trajetória pessoal o conduziu para a área acadêmica de Ciências Sociais.**

**EMERSON SOUZA:** Eu vivi parte da minha infância na periferia de São Paulo onde estudei em escolas públicas da rede municipal e estadual. Como indígena vivendo no contexto urbano, tive contato com a cultura da escola, onde os conhecimentos ensinados reproduzem a cultura europeia. Eu não era identificado como indígena dentro da escola. Isso sempre foi um problema para mim. Como aluno indígena, percebia que minha identidade era uma questão que não se levava em conta. Muito pelo contrário, estava postulado em todas as disciplinas escolares um conjunto de saberes que desqualificavam a cultura e a luta indígena. Quando a discussão indígena era trazida para a sala de aula, os indígenas apareciam nos conteúdos escolares de maneira romantizada, como era Ceci e Peri. Ou então, exaltava-se o indígena do passado, visto como primitivo e selvagem. No entanto, esses indígenas a gente sabe que fazem parte de um capítulo da história e que não é a história atual. E tudo isso era um incômodo para mim porque eu vivia numa cidade como São Paulo, onde o ensino público desqualificava grupos étnicos. Dessa maneira, eu e outros indígenas passamos por uma escola que era carregada da ideologia de um povo dominante. Sob esse ponto de vista, o ensino na escola vai substituindo e transformando a cultura indígena, fazendo com que elementos dessa cultura passem a ser substituídos pela visão positivista, pautada na ideia de ordem e de progresso. Como também na ideia de que os indígenas da cidade deixaram de ser indígenas.

A minha família é do interior de São Paulo, de uma aldeia guarani da região de Bauru, a 400km da capital, mas durante a maior parte da minha vida escolar estávamos vivendo em um contexto urbano. Na década de 1980 minha mãe retornou para a aldeia de origem e até hoje não voltou mais, não quer saber da capital. Eu retornei naquela ocasião com ela à aldeia, mas não fiquei muito tempo e acabei voltando para concluir os estudos. Entrei na universidade em 2006 com o objetivo de entender um pouco o que havia acontecido com a trajetória da minha família e como havia parado em São Paulo. Meu interesse pela pesquisa se intensificou quando percebi que grande parte dos indígenas que estavam na universidade também tinham problemas com as suas identidades por não saberem exatamente o que havia acontecido com as suas famílias. A maioria desses indígenas vinha do Norte e Nordeste do Brasil, eram Pankararus, Pankararés, Atikum, Pataxós, Tupinambás, entre outros. Os indígenas que participavam do programa Pindorama<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> O Projeto Pindorama foi um projeto que surgiu em 2001 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O objetivo era de dar uma certa visibilidade para a presença dos indígenas que estavam vivendo em contexto urbano. O projeto se fundamenta em uma espécie de reserva de vagas, onde os indígenas passam pelo processo seletivo, disputam com todos os candidatos da universidade e os 12 melhores classificados nos seus cursos entram como bolsistas integrais. Da sua criação até hoje já se formaram 190 indígenas.

tinham características comuns, estavam vivendo em contexto urbano e possuíam uma história de sujeição a muitas violências advindas do Estado. Fui me dando conta que minha história pessoal não era muito diferente da história de todos aqueles indígenas que estavam na PUC-SP. Isso me motivou a pesquisar a minha história, justamente porque todas as hipóteses que eu tinha a respeito das mudanças e transformações que ocorreram na minha aldeia se aplicavam às aldeias dos outros indígenas que vieram do Norte e Nordeste, expulsos dos seus territórios tradicionais com relatos de mortes, escravidão e violências diversas. Eles também estavam nesse movimento de entender o que aconteceu com suas trajetórias pessoais em seus trabalhos de pesquisa. Diante disso, o meu projeto de TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, me levou a retornar inúmeras vezes para a aldeia e tentar entender o que tinha acontecido ali. Notei de que existia uma lacuna histórica que era preciso compreender.

O Estado é muito bem estruturado para articular formas de substituir as culturas ditas indígenas ou africanas, ou de qualquer outro povo, pela cultura ocidental, cultura europeia ou norte-americana. Eu fui parte dessa construção histórica e ideológica do Estado. Na universidade eu comecei a pesquisar esse modelo de sujeição que havia transformado as culturas indígenas. Na pesquisa, busquei entender como o pensamento positivista do século XIX e início do século XX foi operacionalizado nas ações do Estado com relação às aldeias indígenas e como isso desencadeou uma série de transformações no modo de viver desses povos. Acabei me deparando com o modelo do Serviço de Proteção ao Índio, o SPI. Esse órgão foi criado em 1910 e tinha como um de seus objetivos montar uma espécie de fazenda em que os indígenas passariam a ser trabalhadores do campo. Acreditavam que ao longo de um certo tempo os indígenas iriam deixar seus elementos culturais -- como a religião, a língua, as tradições familiares, de parentesco --, e seriam incorporados à sociedade urbana. Nas cidades, esses indígenas viveriam como trabalhadores comuns, produzindo para o sistema capitalista. Isso não aconteceu somente na região de Bauru, mas no Brasil todo. A região específica onde vive a minha mãe e minha família foi um dos locais onde ocorreram os fatos mais bárbaros da história do extermínio dos povos indígenas no Estado de São Paulo, que era uma região até então pouco conhecida. Havia no Oeste paulista um predomínio da etnia Kaingang que ocupava um imenso território. Ali não era exatamente uma região de presença dos Guaranis, embora houvesse pequenos aldeamentos, eles estavam se deslocando. Eles vinham da região do Mato Grosso do Sul, passavam pelo Rio Paraná, adentrava o Rio Paranapanema e vinham no sentido de São Paulo, com o objetivo de chegar ao litoral de São Paulo. O que impulsionava a vinda dos Guaranis que saíam do Mato Grosso para o litoral era uma espécie de aviso espiritual que dizia que eles deveriam fazer esse círculo em sentido Leste. Os Guaranis são um povo muito

espiritualizado, muito ligado a essas questões espirituais e havia um chamado que ocorreria uma espécie de dilúvio universal naquela região, por isso era preciso sair e se deslocar para uma região além-mar. Segundo a tradição guarani, no além-mar, haveria uma passagem para um caminho de uma terra onde os Guarani iriam viver num outro plano espiritual. Por isso eles estavam fazendo esse movimento para o Leste. Por sua vez, a Oeste existia um movimento de imigrantes vindos da Itália, da Espanha e do Japão que chegavam em São Paulo para substituir a mão-de-obra escrava. Dessa maneira, enquanto os Guaranis faziam um caminho para o Leste, os imigrantes iam para o Oeste. Do encontro desses povos, resultou muitas mortes, estupro indígena, escravidão de crianças nas fazendas da região e ocupação desenfreada do Oeste de São Paulo. A expansão da cultura cafeeira para o Oeste paulista, resultou também no movimento de ocupação daquele território pelas ferrovias, que levou quase que ao extermínio do povo Kaingang.

Naquele contexto, o etnólogo alemão Curt Nimuendaju, chegou em São Paulo e se interessou em pesquisar o etnocídio indígena. No fundo, Curt Nimuendaju estava em busca de um povo chamado Oti-xavante e acabou indo para o Oeste paulista trabalhar no SPI, e se deparou com essa situação lamentável: muitos indígenas escravizados ou mortos, as mulheres estupradas, as crianças escravizadas nas fazendas. Curt Nimuendaju conseguiu reunir todos os Guaranis que estavam dispersos em um único local, conhecido como posto indígena Araribá, e o SPI construiu nessa área indígena uma espécie de fazenda, com chefes de posto, bois, cavalos -- até pombal tinha dentro do local --, além de uma serraria para que os indígenas começassem a destruir a floresta e recolhessem madeira para a construção das estradas de ferro da região. E com isso ocorreu uma total desestruturação da cultura indígena na região do Oeste de São Paulo, onde a minha família estava. E era justamente isso o que eu estava buscando na universidade: tentar entender um pouco, fazer o caminho da volta, da história da minha família, para poder entender o que ocorreu.

**CABECS: De que maneira a Lei 11.645/2008 que trata da obrigatoriedade da história e da cultura afro-brasileira e indígena tem contribuído para trazer a perspectiva ameríndia para as escolas? Quais são os desafios que você identifica para a efetivação dessa Lei?**

**EMERSON SOUZA:** A Lei 11.645/2008 foi promulgada em decorrência da Lei 10.639/2003 que era uma conquista da luta dos movimentos negros. Mas a Lei de Diretrizes e Bases, que é anterior a essas duas, já dizia que deveriam ser trabalhadas as duas vertentes, só que isso não aconteceu. Veja, criam-se Leis para reafirmar que as escolas da rede pública e privada incorporassem elementos da cultura indígena e da cultura afro-brasileira no currículo. Gostaríamos que a Lei de

Diretrizes e Bases fosse realmente aplicada na escola, e o que se percebe é que são criadas Leis para dar amparo legal a uma outra Lei. Ainda temos vários desafios pela frente. Primeiro, cabe a universidade formar pessoas que estejam qualificadas para trabalhar essa problemática. Grande parte da questão indígena é uma questão política. Não é apenas cultural, como muitos gostam de apresentar o índio cultural, que é folclorizado pela escola. Por isso, um dos problemas é formar professores que trabalhem questões políticas e dentro desse contexto existe o cultural. A discussão cultural feita de maneira folclórica tende a desqualificar a questão política. Então, acho que um dos grandes desafios hoje para implementação da Lei 11.645 é formar professores qualificados para fazer essa discussão na sala de aula. A segunda questão é formar os professores que já estão na escola a partir de cursos preparatórios e de extensão. É essencial promover cursos que abordem principalmente o preconceito contra a população indígena, os estereótipos que mostram um índio genérico, do cabelinho liso, olhinho puxado, que anda nu, que está na floresta. É necessário saber discutir a questão étnica, sem essa do índio genérico, mas sim do indígena ou dos grupos étnicos. A partir do momento que se trabalha a Lei 11.645, é preciso que os educadores entendam que o Brasil possui 305 grupos étnicos, que existem 272 línguas, que existem povos vivendo ainda de maneira isolada no Brasil. A partir do momento que você tem um norte sobre quem é, que faz parte do contexto étnico brasileiro, você começa a pensar alternativas de como fazer essa Lei funcionar. Vou dar um exemplo: se a gente tem aqui 305 etnias, você precisa conhecer a maneira como cada povo enxerga o seu próprio mundo. São muitas criações de mundo. Cada povo indígena tem a sua maneira de pensar o mundo. E como a gente vai fazer para que essas práticas e esse conhecimento indígena esteja dentro da escola? Primeiro a gente precisa fazer com que os professores saibam trabalhar essa questão e como se dá essa presença na formação do país. Existem aqui povos vivendo de forma isolada e tem os povos vivendo na cidade. Grande parte dos dados apontados, principalmente no IBGE de 2010, mostram que São Paulo é a quarta maior cidade em população indígena do país. São mais de 11 mil indígenas nessa cidade vivendo de forma isolada, sem nenhum tipo de conhecimento por parte dos educadores. A Lei 11.645 deve contribuir justamente para reforçar a formação da identidade e não replicar experiências como a da minha infância e adolescência em que estava dentro de uma escola pública sem nenhum tipo de discussão séria, não preconceituosa ou discriminatória dentro da sala de aula. Afinal, por que você vai se identificar como indígena? Para quê? Para ser mais um a sofrer com o racismo, com o preconceito e com a discriminação? Então, se o professor não souber trabalhar isso dentro da sala de aula, ele faz um desserviço. Porque ele pode também estar a serviço de um estado, pode ser um outro Cabral? É um Cabral que está dentro da escola. As caravelas podem ser chamadas escolas hoje.

**CABECS:** Na sua análise a educação no Brasil assumiu uma perspectiva positivista e eurocêntrica em que a situação indígena ou é desconhecida ou é projetada a partir de estereótipos que reforçam preconceitos. Considerando o atual contexto político e social, em que a liberdade de aprender e de ensinar tem sido ameaçada nas escolas e se propaga nas redes sociais discursos de ódio contra os direitos dos povos indígenas, a aplicação de lei se encontra sob ameaça?

**EMERSON SOUZA:** Sim, parece que voltamos para 1910. Nós estamos novamente no período em que o Serviço de Proteção ao Índio tinha o objetivo de destruir as culturas indígenas. A Lei 11.645 contribui para desconstruir essa imagem do índio estereotipada e mostra uma outra ideia de Brasil, de que não existe uma nação. Talvez esse seja o problema. As escolas do país, a partir dessa lei, podem colocar sob suspeita os discursos hegemônicos sobre a nação e o nacionalismo. Porque é possível demonstrar que os grupos étnicos podem ser reconhecidos pelas suas próprias nacionalidades. Nós vamos chegar num estágio, e assim eu espero, em que a gente não seja chamado de indígena, mas que eu seja chamado de guarani e que o outro povo seja chamado xukuru, que o outro povo seja chamado tupinambá e não brasileiro. “Ele não é brasileiro, ele é guarani. Ele não é brasileiro, ele é tupinambá. Ele não é brasileiro, ele é xukuru”. Talvez esse seja um dos problemas dessa ideia de nação vigente, onde se busca desqualificar qualquer tipo de diversidade para transformar tudo numa coisa só. Por isso acho que a Lei 11.645 corre riscos não só para a cultura indígena, como também para toda a cultura afro-brasileira, movimentos sociais, tipo LGBT, feminismo, porque essa ideia de nação se constrói em torno de uma ideia de família. Existe uma ideia de família como um núcleo formado por um homem e uma mulher, e a gente sabe que nem nas populações indígenas as famílias são dessa maneira. Basta a gente buscar livros históricos dos tupinambás ou livros do Pierre Clautres, por exemplo *O Arco e o Cesto*, para perceber que essa ideia de família é completamente diferente da ideia de família indígena. Para os indígenas nem têm esse nome “família”. Existe a ideia de parentesco e nem sempre o parentesco é filho, ou seja, não é preciso ser filho biológico para ser parente. Então a aplicação da Lei 11.645 pode colocar em evidência os limites desse pensamento que está no poder e sua concepção de família e de nação.

**CABECS:** Embora os temas de história e cultura afro-brasileira e indígena estejam orientados para a transversalidade curricular, como você analisa a potencialidade da disciplina de Sociologia de desenvolver uma reflexão mais elaborada sobre o tema nas escolas? É possível

## **estabelecer um olhar antropológico de descolonização do pensamento a partir dessa disciplina escolar?**

**EMERSON SOUZA:** Eu entendo que a disciplina Sociologia faz parte de um contexto muito maior que é as Ciências Sociais. Dentro das Ciências Sociais não tem como a gente deixar de pensar a Antropologia e a Ciência Política. O problema é que muitos professores trabalham com um recorte fragmentado do conhecimento. Vão atuar na escola para ensinar sociologia, mas se mantêm distantes dos elementos culturais, políticos, sociais, econômicos, principalmente da cultura indígena. Não significa transformar o ensino da Sociologia como uma sociologia da população indígena, mas de mostrar que existem formas diferenciadas de viver. Tem que discutir a questão da terra, que não é só uma questão econômica. Talvez seja um modelo anticapitalista que não tem nada a ver com a economia, pois este é um nome ocidental que foi dado. Os indígenas não chamam de economia, eles têm outros nomes para pontuar essa questão da terra. A terra está muito mais ligada a uma questão de ancestralidade do que a uma questão econômica.

Um dos grandes desafios do ensino da sociologia é pensar menos as sociedades ocidentais e buscar desenvolver conhecimentos teóricos da nossa sociedade. Veja por exemplo esse modelo teórico de sufrágio universal. Será que ele foi criado para atender as populações indígenas? Quando se pensa na perspectiva de nação, a criação de leis já não desqualifica a diversidade? A partir do momento em que cada nação indígena tem a suas próprias características, a construção de cidadania se dá na forma como enxergamos a diversidade de vários povos.

No Brasil, a Constituição de 1988, foi fruto de um processo histórico que garantiu, a partir de muito sangue indígena, alguns direitos importantes. Essa constituição possui dois artigos importantes para os povos indígenas: os Artigos 231 e 232. Peço encarecidamente aos colegas professores de Sociologia que falem mais da nossa constituição e direitos indígenas e menos da constituição burguesa da França de 1791. Entendo que a construção da cidadania, que é um dos objetivos da escolarização no país, implica em pontuar as questões do Brasil e menos as do modelo ocidental. Nesse sentido, para os alunos, o conhecimento da nossa constituição é importante para que tenham clareza desses dispositivos legais. Temos aqui uma discussão política importante para a sobrevivência de muitos povos nos séculos seguintes.

Eu quero dizer também que quando se tenta transformar as culturas ou reduzi-las a modelos únicos, acabamos nos distanciando da nossa maneira de pensar e terminamos por negar a diversidade cultural da humanidade. O ensino da Sociologia pode contribuir para a construção de uma sociedade que respeite os direitos constitucionais, que reconheça a diversidade e garanta a

existência das nações indígenas. Vou aqui fazer uma referência: “O que era nação virou comunidade e agora virou sociedade e daqui a pouco vai virar o quê?”, segundo me afirmou uma indígena Guarani Nhandeva da Universidade de Campinas – Unicamp, Fabiana Medina, Doutoranda em Ciências Políticas. Se continuarmos nos pautando pelo pensamento ocidental, daqui a pouco a gente não tem mais nome para dar para as comunidades indígenas, porque elas começam a ser reduzidas, justamente porque a gente tenta empregar modelos ocidentais de organização que não vêm na mesma ordem das comunidades indígenas. A Sociologia é a disciplina que tem maior potencialidade de trabalhar essas questões indígenas e étnicas, e tem maior fundamento científico para isso. A discussão de temas como cultura, etnocentrismo, relativismo cultural, que já se encontra no currículo do ensino médio, precisa incorporar profundamente o perspectivismo ameríndio. Talvez nunca tenha sido tão importante trazer essa discussão para a sala de aula. Retrocedemos um século atrás quando o positivismo tomou conta do Brasil e essas ideias de ordem e progresso passaram a se sobrepor à cultura. Por isso, a Sociologia deve incorporar a perspectiva de trabalhar a questão étnica em todas as escolas do Brasil. Vejo que as populações indígenas da Amazônia passando por aquilo que os indígenas de São Paulo já passaram.

**CABECS: Como você analisa a visão do índio presente nos livros didáticos de Sociologia presentes no PNLD?**

**EMERSON SOUZA:** Tenho observado que existe discussões bem interessantes amparadas pela Antropologia. Já tem algum material sendo produzido. O problema é que grande parte dos professores de Sociologia ainda têm uma bagagem teórica muito distante da questão indígena em função da crescente especialização das Ciências Sociais dada desde as licenciaturas.

A destruição ambiental que está acontecendo aqui no Brasil, eu e grande parte dos indígenas estamos a todo momento alertando, são coisas que os índios norte-americanos diziam no século XIX. "Olha, vocês tão destruindo a natureza, ó, vocês tão destruindo os rios. O que vai ser isso sem as florestas?". Parece que tudo isso está sendo dito, mas ainda existe um certo distanciamento dessa fala. Tenho percebido nos contatos que estabeleço com professores que existe interesse nessa discussão, mas há muito desconhecimento e os livros didáticos não contribuem muito para esse debate.

**CABECS: Como a sua história de vida e seus referenciais teóricos e metodológicos no campo das Ciências Sociais se manifestam na sua prática como professor de Sociologia na educação básica? Como que você trabalha essas questões na sua escola?**

**EMERSON SOUZA:** Eu utilizo o perspectivismo ameríndio como metodologia de ensino, onde contraponho o sistema capitalista com o pensamento ameríndio. Confronto a arte europeia, o renascimento europeu, com nosso renascimento pois precisamos renascer enquanto povo. Eu utilizo a discussão da questão indígena como referência para desmistificar a primazia do pensamento etnocêntrico e eurocêntrico. Entendo que o pensamento ameríndio vai na contramão de tudo o que expressa o pensamento hegemônico dominante. Ele vai na contramão da questão econômica, da discussão do uso das tecnologias, e procuro mostrar para meus alunos que os indígenas não estão usando a tecnologia somente agora, eles sempre utilizaram as suas próprias tecnologias. Eu acredito que uma das funções da disciplina Sociologia é mostrar que o pensamento humano é diverso e que os indígenas também produzem seus conhecimentos. Esses conhecimentos devem ser reconhecidos como legítimos e ancestrais. Dessa maneira, ensino Sociologia confrontando o modelo capitalista com o pensamento ameríndio.

Vou na contramão inclusive da maneira como se ensina dentro das escolas em ambientes totalmente fechados porque hoje as escolas se assemelham a fábricas onde os alunos são treinados para atender ao modelo capitalista. Não gosto de deixar os alunos aprisionados numa sala de aula. Acho que o professor deve tirar o aluno de dentro da sala de aula o máximo que puder, e fazer os alunos entenderem que não adianta ele saber o que é terra, ele tem que colocar a mão na terra. Não adianta saber o que que é sistema capitalista, ele tem que saber o que contrapõe o sistema capitalista na prática e como os indígenas estão fazendo isso, com suas lutas e como estão ressignificando isso.

Por exemplo, para discutir religião, questiono quem são os deuses indígenas. Porque o que a gente sabe que nas escolas os deuses são gregos ou então é o deus cristão. Então, para mim, em qualquer tipo de campo de estudo, eu incorporo a questão indígena como método de contraposição aos modelos hegemônicos que estão inclusive dentro da escola.

Eu sigo as orientações curriculares, até porque a gente tem que seguir, pois elas têm uma certa relevância. Mas entendo que o conhecimento tem que ser amparado pela liberdade de cátedra, isso tem que ser respeitado. Por isso considero possível utilizar o material didático produzido pelo Estado com uma certa crítica.

**CABECS: E como que você acha que os professores de Sociologia poderiam incorporar novas formas de discutir a questão indígena na sala de aula para desenvolver a perspectiva ameríndia?**

**EMERSON SOUZA:** Não basta a gente ter apenas um trabalho transversal ou transdisciplinar, ele tem que ser interétnico. Se o conhecimento não for interétnico, a gente não desenvolve uma simetria. Aliás, entende-se que outros conhecimentos não poderiam ser comparados ao conhecimento científico. Então, a primeira coisa que eu acho que o professor de Sociologia precisa entender é que os outros conhecimentos são tão valorosos quanto os conhecimentos ocidentais, como já dizia o Lévi-Strauss. Embora esse antropólogo tenha sido muito criticado, entendo que teve uma contribuição muito importante ao trazer o pensamento ameríndio para o centro das discussões sobre a presença indígena no Brasil. O pensamento ameríndio é posto na contramão do modelo ocidental e isso é peça central para a formulação das Ciências Sociais no Brasil, sobretudo para a Sociologia que deverá se aproximar de outros conhecimentos sob de uma perspectiva simétrica.

Recebido em: 26/10/2019

Aceito em: 25/11/2019

#### **COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO**

SILVA, Josefa Alexandrina. A perspectiva ameríndia no ensino das Ciências Sociais: entrevista com o professor Emerson Souza. *Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS*, v.3, n. 2, p.101-110, 2019.